

JUNHO 2025

e.pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Rui Santos Ivo

PRESIDENTE DO CONSELHO
DIRECTIVO DO INFARMED



apifarma

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

41

Índice

| | |
|-------------------|----|
| EDITORIAL | 03 |
| ENTREVISTA | 04 |
| DESTAQUE | 06 |
| NOTÍCIAS | 07 |
| PROGRAMA abem: | 12 |
| PHARMA EM NÚMEROS | 13 |

Uma relação estável, proveitosa e gostosa

O Clube de Jornalistas mantém uma relação estreita com a APIFARMA e os membros da sua direcção há 9 anos. Para o ano celebramos uma década!

Esta relação entre a APIFARMA e o Clube dos Jornalistas é uma relação estável, proveitosa e gostosa. Se a missão da Indústria Farmacêutica é a de inovar, desenvolver terapêuticas e medicamentos para responder às novas doenças para melhorar a vida das pessoas, a missão do jornalismo é contar como é que se chega lá, se os meios que são disponibilizados conseguem alcançar os objectivos, se as pessoas- os vários agentes do sector- estão a fazer o que é preciso, como poderiam estar a fazer melhor ou o que lhes falta para serem melhores.

A nossa chave, a chave de todo o jornalista, é fazer perguntas incómodas. Aquelas perguntas que os políticos não gostam de responder e/ou não querem responder. São as perguntas de sempre: o quê, quem, onde, quando, como e porquê. Sobretudo estas duas: como e porquê. Porque se faz assim e não de outra forma? Que estudos, que realidade obriga a fazer como está decidido. Por em causa a decisão política legitimada pelo voto, mas escrutinada por quem tem o dever constitucional de o fazer.

A criação do Prémio de Jornalismo em Saúde para promover os bons trabalhos jornalísticos nesta área foi a visão que tiveram João Almeida Lopes e Mário Zambujal há quase 10 anos. A APIFARMA, com uma experiência que ultrapassa os 85 anos, quis aprofundar o seu papel como parceiro social activo e dar um contributo decisivo para a vitalidade do projecto do Clube de Jornalistas que já ultrapassou os 40 anos.

E agora já não passamos um sem o outro. Que maneira mais feliz de celebrar esta relação com o melhor jornalismo, sem conversas de corredor e medindo o peso das palavras, e na defesa do SNS, do Serviço (e não sistema, como alguns programas lhe chamaram) Nacional de Saúde?

Nestes últimos anos da nossa relação fomos ainda mais longe e criámos dois novos prémios. O Prémio Universitário de Jornalismo em Saúde, com o enorme ganho de trazer a academia para dentro da indústria: aqui demos aqui um salto gigante! E quisemos também nomear vidas profissionais de jornalistas que dedicaram o seu esforço sobretudo ao Jornalismo de Saúde: distinguimos o mérito de quem tem de ser distinguido. Agora, só queremos continuar.

Muitos parabéns aos premiados pelos seus trabalhos e contributos para que, de forma rigorosa, profunda e esclarecedora, todos saibamos mais sobre saúde, sobre a nossa saúde e sobre a Saúde em Portugal! Porque é para termos mais como eles que existe esta parceria dos Prémios APIFARMA/Clube de Jornalistas.



Maria Flor Pedroso

Presidente do Clube dos Jornalistas



“A utilização da melhor evidência disponível para fundamentar as decisões é essencial”

à conversa com...

Rui Santos Ivo

Rui Santos Ivo, Presidente do Conselho Directivo do INFARMED - Autoridade Nacional de Medicamentos e Produtos de Saúde, considera que a “utilização da melhor evidência disponível em cada momento para fundamentar as decisões é essencial para um futuro cada vez mais acelerado e volátil”. Quanto à renovação do SiNATS, defende que “devemos aproveitar a experiência dos últimos dez anos” para “agilizar procedimentos e tornar o acesso mais célere à inovação mais efectiva, sem comprometer a sustentabilidade do sistema de saúde”.

QUE FACTOR É ESSENCIAL PARA ANTECIPAR O TEMPO DE ACESSO À INOVAÇÃO NOS MEDICAMENTOS EM GERAL E NOS ONCOLÓGICOS EM PARTICULAR?

O acesso a novos medicamentos, e a medicamentos oncológicos em particular, é uma responsabilidade colectiva entre todos os intervenientes. É importante assegurar as condições necessárias para uma maior rapidez na submissão dos pedidos de financiamento pela indústria farmacêutica, que representa perto de 30% do tempo decorrido e evoluir para um sistema que priorize a inovação disruptiva e com verdadeiro valor terapêutico para a pessoa com doença e para o sistema de saúde. É igualmente necessário garantir eficiência nas várias fases da avaliação de tecnologias de saúde, nomeadamente a disponibilização de evidência clínica e económica robusta

ajustada às necessidades de ATS. Sem esquecer a relevância de modelos de financiamentos evolutivos que sejam robustos e eficazes. Temos o conhecimento e a capacidade técnica para isso.

QUE PAPEL PREVÊ TENHA A REVISÃO DO SINATS PARA ALCANÇAR ESTE OBJECTIVO?

Devemos aproveitar a experiência dos últimos dez anos para a renovação do SiNATS que, simultaneamente, adapte o sistema ao Regulamento Europeu de Avaliação de Tecnologias de Saúde e introduza melhorias ao seu funcionamento. No futuro, o SiNATS deve conseguir introduzir mais compreensividade e proporcionalidade à avaliação de tecnologias de saúde. Isto é, o quadro legal e regulamentar deve permitir a priorização da inovação de maior impacto e abordagens mais flexíveis ou mais simplificadas para determinados tipos de tecnologias de saúde ou em determinadas condições. No fundo agilizar procedimentos e tornar o acesso mais célere à inovação mais efectiva, sem comprometer a sustentabilidade do sistema de saúde.

ESTÁ CONFIANTE QUE A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA EUROPEIA VÁ CONTRIBUIR PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO DO SECTOR FARMACÊUTICO NA EUROPA, COM MAIOR ÍMPETO NA INOVAÇÃO?

A revisão da legislação farmacêutica irá certamente reforçar as condições para estimular a disponibilidade e a investigação, impulsionando a inovação, o desenvolvimento e o fabrico a nível europeu,

promovendo desta forma a autonomia estratégica da Europa e a sua capacidade de inovação. As propostas da revisão da legislação farmacêutica actualmente na sua fase final, apontam e ambicionam um ambiente regulatório mais ágil, previsível e adaptado aos avanços científicos e tecnológicos, o que é essencial para promover o investimento e fomentar a competitividade da indústria europeia.

Devemos olhar para o actual contexto geopolítico, e para a revisão da legislação farmacêutica, como uma oportunidade de reindustrialização do sector farmacêutico na Europa. Novamente, este é um desígnio colectivo. Exige da Indústria Farmacêutica a capacidade de empreender, de se adaptar e desenvolver soluções centradas nas necessidades das sociedades contemporâneas.

APOSTAR NA INOVAÇÃO É APOSTAR EM MAIS SAÚDE E MAIS SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE A MÉDIO PRAZO?

É certamente um caminho a percorrer. A inovação traz-nos terapias mais eficazes, com melhores resultados clínicos e benefícios claros para os doentes e o sistema de saúde e para a sociedade no longo prazo. Devemos por isso ser capazes de introduzir tecnologias de saúde verdadeiramente inovadoras e em determinados casos medir os seus resultados em contexto real. A utilização da melhor evidência disponível em cada momento para fundamentar as decisões é essencial para um futuro cada vez mais acelerado e volátil.





APIFARMA | Eleição dos novos Órgãos Sociais biénio 2025/2026

Elevada taxa de participação demonstrou o interesse activo dos associados na vida interna da APIFARMA.

A Assembleia-Geral Eleitoral dos novos Órgãos Sociais da APIFARMA para o biénio 2025-2026 decorreu no 18 de Junho, na sede da Associação. Esta eleição, marcada por uma participação histórica, com 106 dos 117 associados a exercerem o seu direito de voto, é um reflexo claro da coesão da Indústria Farmacêutica em Portugal.

Finda a eleição, o reeleito presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, defendeu que a elevada taxa de participação demonstra o interesse activo dos associados na vida interna da APIFARMA e é o reconhecimento da força da indústria farmacêutica, em Portugal.

João Almeida Lopes sublinhou a importância deste momento democrático, agradecendo a todos os que participaram no processo, destacando a importância de uma lista alternativa, que contribuiu para um debate interno, saudável e construtivo sobre a missão da Indústria Farmacêutica, em Portugal. João Almeida Lopes frisou que a partir deste momento “seremos a direcção de todos os associados”.

A APIFARMA continua, assim, a afirmar-se como uma voz activa e unida na defesa dos interesses da indústria farmacêutica, promovendo a inovação terapêutica, o acesso aos cuidados de saúde, a centralidade da pessoa com doença no sistema de saúde e o desenvolvimento económico do país.



Implementação do Regulamento HTA em debate na APIFARMA

O debate permitiu identificar alguns dos aspectos mais desafiantes da implementação do Regulamento.

Os desafios associados ao Regulamento Europeu relativo à Avaliação de Tecnologias da Saúde (Regulamento Europeu HTA) esteve no dia 27 de Junho em discussão na sede da APIFARMA, numa reunião tripartida entre a Associação, empresas associadas do Grupo de Trabalho de Acesso e Financiamento e a Federação Europeia das Associações e Indústrias Farmacêuticas – EFPIA.

A reunião contou com a presença de Matteo Scarabelli, director Associado de Acesso ao Mercado da EFPIA, que partilhou a experiência europeia relativa a este novo regulamento. Os restantes intervenientes também partilharam o seu conhecimento nesta área.

O debate permitiu uma interacção profícua e a identificação de alguns dos aspectos mais

desafiantes neste arranque do processo de implementação que arrancou em Janeiro de 2025, com o objectivo de identificar e ultrapassar os maiores pontos de bloqueio. O PICO é um dos maiores desafios neste processo, estando já empresas e autoridades a articular-se para assegurar celeridade sem perda de qualidade.

A expectativa de todos é garantir um acesso mais rápido a medicamentos inovadores para todas as pessoas com doença que deles necessitam. A APIFARMA e as suas associadas, em estreita articulação com a EFPIA, estão a acompanhar este tema com particular atenção, mantendo um espírito colaborativo e de diálogo junto da Europa e da autoridade regulamentar portuguesa.

A apresentação pode ser encontrada [aqui](#).



Prémios Jornalismo em Saúde

Jornalismo de qualidade contribui para a literacia em saúde

Importância do jornalismo com “cuidado, rigor e qualidade” para bem informar os cidadãos.

A importância do jornalismo em saúde para promover a literacia foi um dos motes da cerimónia de entrega dos Prémios Jornalismo em Saúde que decorreu no dia 25 de Junho, no Clube de Jornalistas, em Lisboa.

“As notícias de saúde têm um papel importantíssimo na elevação da nossa literacia em saúde, na prevenção, na promoção e até, em alguns casos, na adopção de estilos de vida saudáveis”, assinalou, na sessão de encerramento da 9.ª edição destes prémios, a secretária de Estado da Saúde, Ana Povo.

Destacou, pois, a importância da iniciativa da APIFARMA e do Clube dos Jornalistas, pois “são prémios que promovem um jornalismo de qualidade nesta área e que incentivam a abordagem de temas plurais, directamente ligados, ou não, ao

Serviço Nacional de Saúde, à inovação e às tecnologias, entre outros”.

Maria Flor Pedroso, na sessão de abertura, realçou que a parceria com a APIFARMA é “duradoura e gostosa” e reforçou a importância do Jornalismo num tempo difícil.

Agradecendo a todos os vencedores, também o presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, realçou o contributo do jornalismo em saúde para “maior literacia em saúde”, nomeadamente para melhor apoiar “as pessoas que precisam e que menos sabem de determinadas matérias”. Trabalho que “não pode deixar de ter cuidado, rigor e qualidade porque estamos a falar das pessoas, da sua vida, dos problemas de saúde que, infelizmente, têm”.

A necessidade de reflectir “nas consequências do que se escreve, sobretudo numa área tão sensível e tão complexa como a saúde” foi igualmente mencionada pela vencedora do Prémio Carreira, a jornalista Alexandra Campos. “Por saber de experiência própria, quão difícil é resistir a este jornalismo dos cliques, só posso manifestar a minha profunda admiração por todos os que não desistem de tentar, a começar pelos meus colegas aqui premiados”, afirmou.

Premiados da 9.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde – 2024:

Categoria Grande Prémio

Teresa Serafim e equipa (Joana Bourgard, Cátia Mendonça, Francisco Lopes e Gabriela Pedro), pelo trabalho “Dadores de fezes procuram-se: Portugal tem o seu primeiro banco de microbiota fecal”, publicado no jornal Público;

Prémio Carreira

Alexandra Campos que se dedica há anos ao jornalismo em saúde, contribuindo para este género de informação junto do grande público.

Categoria Imprensa

Clara Soares, pelo trabalho “Quando o cancro bate mais cedo”, publicado na revista Visão;

Categoria Televisão

Silvana Cunha e equipa (Pedro Pessoa, Guilherme Colaço, Fábio Siquenique e Emanuel Prezado), pelo trabalho “Salvar para nascer”, transmitido na RTP;

Categoria Rádio

Camila Vidal, pelo trabalho “O turno infinito”, emitido na Antena 1;

Categoria Digital

Joana Azevedo Viana, pelo trabalho “Os jovens médicos que há 50 anos iniciaram uma revolução em Portugal”, divulgado na CNN Portugal;

Prémio Universitário Revelação

Jaime Luís Dantas da Silva e equipa (Maria Teixeira Rego e Leonor Fontes Couto), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelo trabalho “Dia europeu do 112: Do outro lado da linha”.

Veja [aqui](#) a reportagem fotográfica da cerimónia.



Iniciativa



Gestão e Organização



APIFARMA defende a valorização da inovação terapêutica e acesso mais rápido dos portugueses aos medicamentos inovadores

O debate sobre o acesso a medicamentos inovadores não se deve reduzir ao seu preço.

Realizou-se no dia 24 de Julho, no auditório da Fundação Champalimaud, a CNN Portugal Summit Inovação em Saúde, em parceria com a Pfizer. A APIFARMA marcou presença através do seu director-geral, Miguel Ginestal, que integrou o painel “O futuro dos medicamentos e modelos de financiamento”.

O acesso aos medicamentos inovadores foi um dos temas em debate, num painel em que também participaram o bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, Helder Mota Filipe, e o vice-presidente do Infarmed, Carlos Alves.

“Não é correcto reduzir à questão do preço o debate que temos de fazer sobre acesso e financiamento dos medicamentos inovadores”, defendeu o director-geral da APIFARMA. Para Miguel Ginestal, é fundamental que o processo de avaliação das tecnologias da saúde, considere o valor da inovação terapêutica, pois esta “melhora muito a vida das pessoas”, e introduz “muitas eficiências e poupanças no sistema de saúde”. Simultaneamente contribui também para uma “sociedade mais equilibrada, mais feliz e mais contributiva” e impacta positivamente “as empresas e a economia”.

“Esta é a alteração de fundo que tem de ser feita”, sustentou. “Em vez de avaliar em função do preço é preciso fazer a conta justa do valor que traz às pessoas, à sociedade, à economia e à eficiência dos sistemas de saúde”.

Neste âmbito, o director-geral da APIFARMA assinalou o compromisso de revisão do sistema de avaliação das tecnologias de Saúde (SiNATS) previsto no Acordo, para quatro anos, recentemente assinado entre o Estado português e a Indústria Farmacêutica. “Aguardamos o início dos trabalhos da comissão de acompanhamento da execução do Acordo”, afirmou, para trabalhar a “introdução de melhorias aos tempos de acesso aos medicamentos inovadores”, com o objectivo de os aproximar aos praticados na União Europeia (UE).



Miguel Ginestal afirmou ainda que Portugal tem níveis de investimento público em saúde relativamente ao PIB per capita, muito aquém da média da UE. “Em Portugal investimos em Saúde 6,5%, quando a média da UE é superior a 8%”. E se o investimento em saúde tem vindo a subir, “a fatia dedicada ao medicamento está inalterada desde 2010”, sustentou, contrariando informações periodicamente divulgadas pelos media. “O caminho mais fácil é imputar à Indústria Farmacêutica o aumento, mas isso não é verdade”, afirmou, “temos um recorde da população residente em Portugal” pelo que a despesa com o sistema de saúde “cresceu e vai continuar a crescer”.

Reiterando a disponibilidade da Indústria Farmacêutica para fornecer soluções de saúde inovadoras que “ao mesmo tempo asseguram a sustentabilidade do SNS e do sistema de saúde em Portugal”, defendeu que só é possível fazê-lo encarando “o fundo da questão: precisamos de mais investimento público em saúde”.

Estudo revela queda da sustentabilidade do SNS

Valorização das carreiras e dos salários dos profissionais de saúde contribui para despesa, mas só a prazo para o crescimento da actividade.

A queda da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 2024 foi uma das principais conclusões apresentadas na “Conferência Sustentabilidade em Saúde”, que a AbbVie, em parceria com o Expresso, promoveu hoje, dia 1 de Julho, no Centro Cultural de Belém.

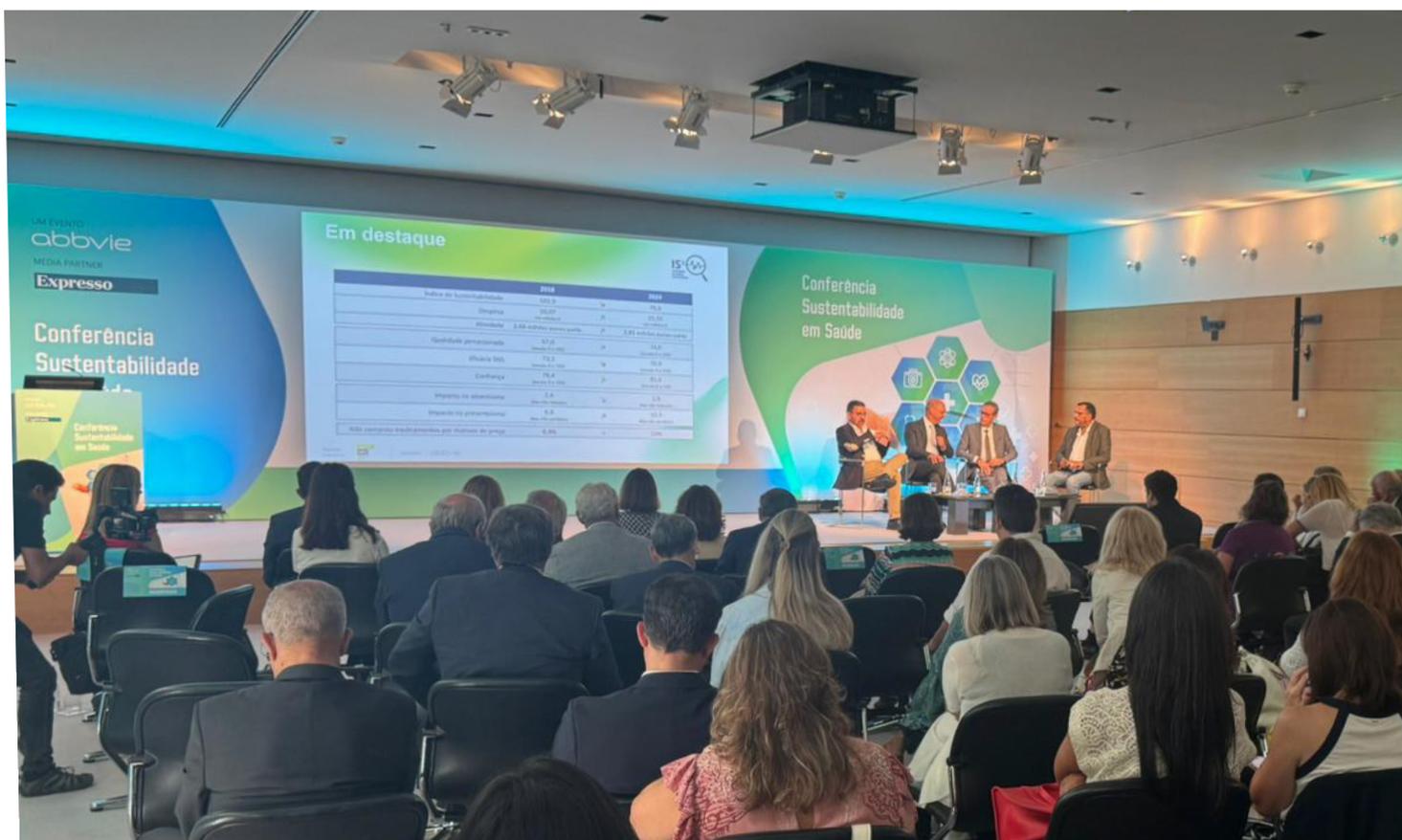
Esta queda revelada pelo Índice de Saúde Sustentável – apresentado na conferência – acontece pelo terceiro ano consecutivo. É a terceira maior descida da década, apenas superada pelo ano de início da pandemia, em 2020.

De acordo com o coordenador do estudo, Pedro Simões Coelho, o Índice de Sustentabilidade do SNS não cai pela qualidade, nem pela acessibilidade. A causa da queda da sustentabilidade “teve exclusivamente que ver com

a relação entre o crescimento da despesa e o crescimento da actividade”, adiantou.

O mesmo responsável acrescentou que se pode defender que “neste ano em concreto há justificações para isso”, pois em 2024 houve uma valorização das carreiras e dos salários dos profissionais de saúde. Existe, assim, um crescimento da despesa induzido, cujos “efeitos positivos só se irão ver dentro de alguns anos”.

Como ponto positivo destaca-se a redução da dívida vencida, que voltou a cair em 2024 (-35%), passando de 0,45 mil milhões de euros para 0,29 mil milhões de euros, mantendo a tendência descendente dos últimos anos. Os dados recolhidos registam ainda uma redução do défice (-217%).





Rede Solidária do Medicamento

Programa abem: Presente em todos os distritos

41.061 beneficiários apoiados

O programa abem: Rede Solidária do Medicamento, está presente em todos os distritos nacionais e em 172 concelhos, o que corresponde a 55,8% do total nacional.

Em todos estes municípios os cidadãos carenciados, referenciados pelas entidades locais, têm acesso a toda a terapêutica comparticipada que lhes foi prescrita, apenas apresentando numa das 1.218 farmácias aderentes o cartão abem:

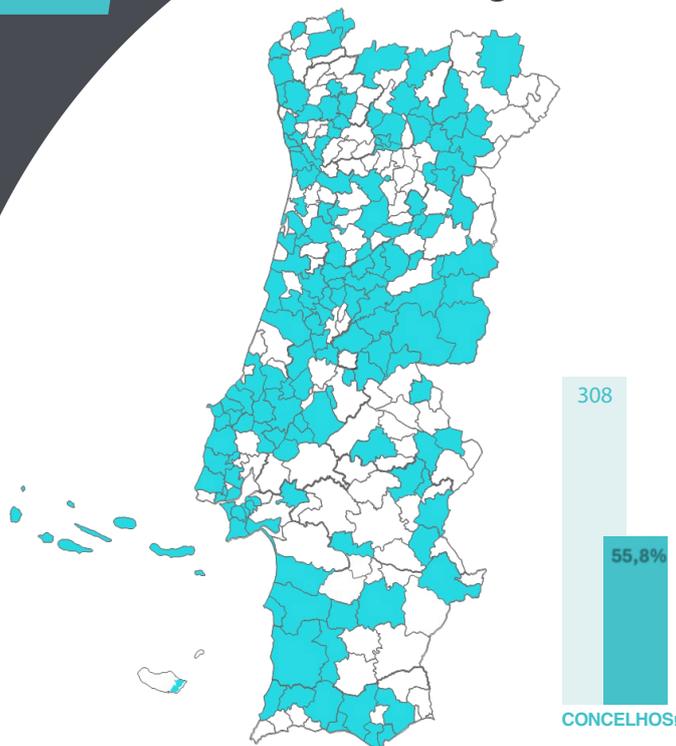
A funcionar desde Maio de 2016, já apoiou 41.061 beneficiários com 3.180.500 embalagens de medicamentos.

PROGRAMA ABEM:



maio de 2016 a maio de 2025

Dignidade⁺

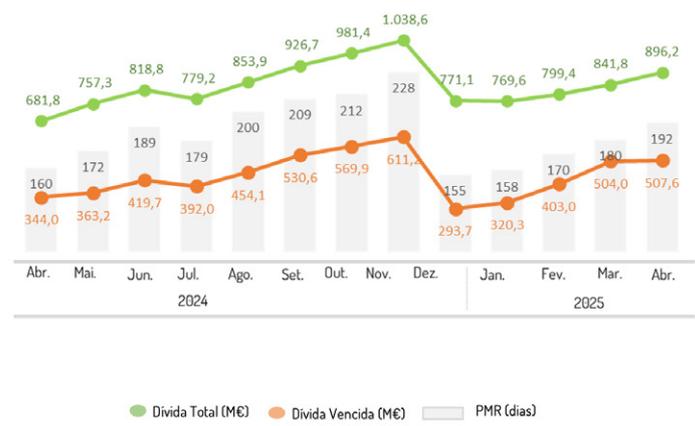




PHARMA em Números

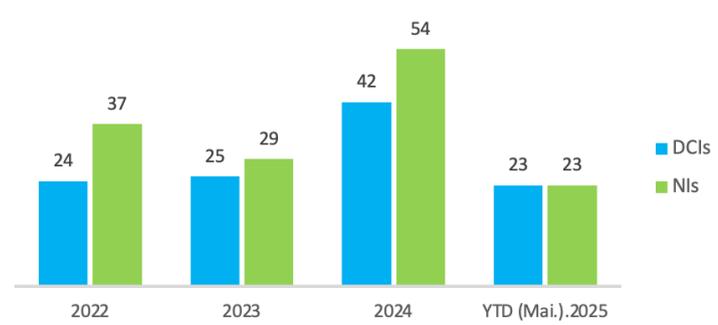
INVESTIMENTO PÚBLICO COM MEDICAMENTOS - YTD MAIO 2025

Dívida das Entidades Públicas às Empresas Farmacêuticas



Fonte: APIFARMA

Financiamento Público de Inovação Terapêutica - DECISÕES



Fonte: APIFARMA e INFARMED
 DCIs – novas moléculas (excepto gases medicinais)
 NI – novas indicações de medicamentos inovadores

ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE

N.º de Consultas nos Hospitais



| Portal da Transparência da ACSS

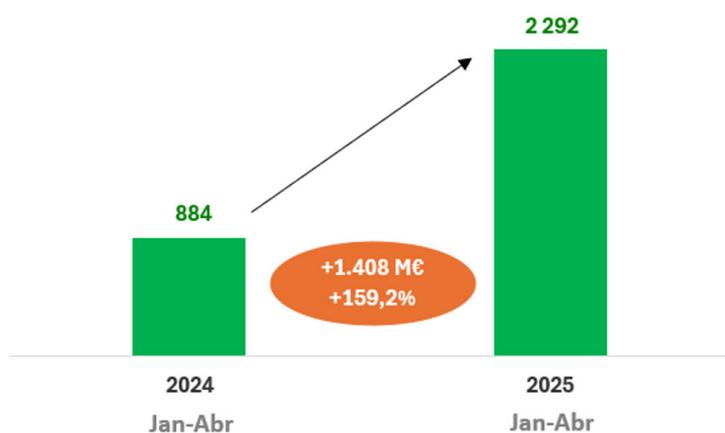
N.º de consultas médicas presenciais nos CSP



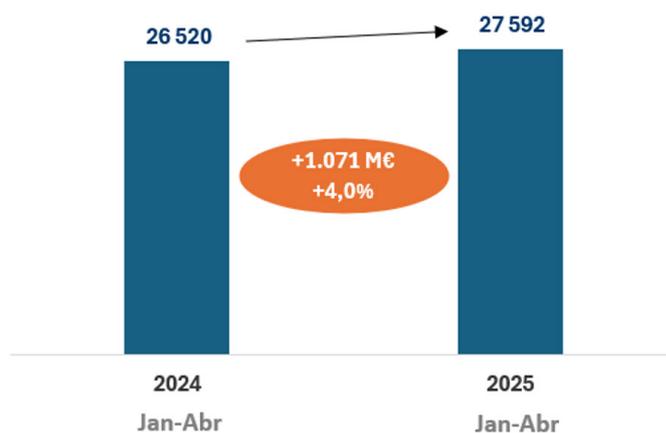
| Portal da Transparência da ACSS

EXPORTAÇÕES INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Exportações da Indústria Farmacêutica



Exportações Totais de Bens



Fonte: INE-Comércio Internacional [Produtos Farmacêuticos (3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006) e Matérias Primas (2935, 2936, 2937, 2938, 2939, 2941)]

e.pharma
Newsletter Junho 2025